



Anais da Assembleia

N.º 110

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 02 DE SETEMBRO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 166.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 1977

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Domício Scaramella.

Às 9,30 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (27); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Sob a proteção de Deus e, no pressuposto de haver número legal, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

O SR. DENI SCHWARTZ – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concesso a palavra ao Sr. Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ – Infelizmente o pressuposto de V. Exa. não é correto.

Não há número e deixo marcado em ata que, novamente, esta Casa é desmoralizada pela falta dos titulares da Mesa.

Faço questão que se lavre em ata. Peço que se conte o número dos Deputados para saber se é possível abrir-se a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita do Sr. 1.º Secretário que faça a chamada nominal para constatação de “quorum”

O SR. 1.º SECRETÁRIO – Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Responderam a chamada 18 Srs. Deputados.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 18 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados ;

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução Número 211/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 49/77, ex-Proposição número 194/77 – aprova convênio e respectivos termos aditivos celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Supletivo e o Estado do Paraná, através de sua Secretaria competente, objetivando implementação do Projeto LOGOS II – habilitação de professores não titulados, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. –

O Sr. 1.º Secretário deferirá presença aos Srs. Deputados Egon Pudell, Edilson Alencar, Erondy Silvério e Ivan Rüppel.

A Presidência, em razão da presença de novos Deputados, aqueles que não haviam respondido chamada nominal, solicita dos eminentes Parlamentares que tomem seus devidos lugares para poder verificar se há número para deliberação (Pausa).

Não havendo número para deliberação, adia-se a Ordem do dia, encerrando a presente sessão extraordinária e, lembrando aos Srs. Deputados que há uma ordinária programada para às 10,00 horas.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 167.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 1977

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (64).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem número 100/77

Curitiba, 30 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 12 de agosto de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de SABÁUDIA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem Número 101/77

Curitiba, 30 de agosto de 1.977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 21 de maio de 1.975, entre o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, visando ao custeio de projetos de engenharia e supervisão técnica para implantação da Cidade Industrial de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem Número 102/77

Curitiba, 30 de agosto de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 31 de maio de 1.977, entre o Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, com interveniência da Companhia de Urbanização de Curitiba - URBS, objetivando alocação de recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem Número 103/77

Curitiba, 30 de agosto de 1.977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 7 de julho de 1977, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e o Ministério da Aeronáutica, objetivando a execução de obras de ampliação do aeroporto de Londrina.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa

colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem Número 104/77

Curitiba, 30 de agosto de 1.977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 07 de julho de 1.977, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e a Prefeitura Municipal de CASCAVEL, objetivando a execução de serviços de pavimentação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem Número 105/77

Curitiba, 30 de agosto de 1.977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 15 de julho de 1.977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes, e a Prefeitura de UMUARAMA, objetivando a execução de serviços de pavimentação e obras complementares do aeroporto de UMUARAMA.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

R E Q U E R I M E N T O .

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições, requer na forma regimental, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei número 78/77, que objetiva conceder título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Major Fernando Flôres.

Sala das sessões, em 02 de setembro de 1.977.

(a) Enéas Faria.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

Na forma regimental, os Deputados que o presente subscrevem, requerem o envio de expediente ao Senhor Almirante Heleno Nunes, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, contendo voto de regozijo e cumprimentando-o pela decisão legítima e justa de incluir o GRÊMIO DE ESPORTES MARINGÁ no Campeonato Nacional de Futebol, do corrente ano.

Apesar de setores políticos e a Federação Paranaense de Futebol tentarem desvirtuar o compromisso assumido, o Sr. Presidente da CBD manteve a palavra dada em 1976 à Imprensa, aos Deputados de Maringá e ao ex-Prefeito Sílvio Magalhães Barros, declarando taxativamente: "Em 1976 não será possível, mas em 1977 atenderemos a reivindicação dos senhores colocando o Grêmio de Maringá no Campeonato Brasileiro . . ."

Com o magestoso estádio de futebol "Willie Davids"

edificado na gestão do Prefeito Sílvio Barros com os esforços da Comunidade e, acreditando amplamente no compromisso solenemente proposto pelo Presidente da CBD, os dirigentes gremistas armaram um excelente esquadrão de futebol com poderio para sagrar-se campeão da presente temporada, e integrar com brilhantismo o Certame Nacional, o que, certamente ocorrerá.

O Senhor Almirante Heleno Nunes soube manter acima da politicagem e das tramoias do Sr. Mota Ribeiro, a honrabilidade do seu compromisso, e por esta razão merece a reverência desta Casa.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1.977.

(aa) Antônio Facci, Renato Bernardi,
Valter Pietrângelo e Gabriel Sampaio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer ouvido o Plenário, autorização desta Casa para efetuar, sem onus para este Poder, viagem de caráter cultural, no período de 15 de setembro a 15 de outubro aos seguintes países: Inglaterra, França, Itália e Espanha.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1.977.

(a) Nelson Buffara.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Frederico Ernesto Wirmond, solicitando a instalação de uma Companhia da Polícia Militar e o retorno de um destacamento do Exército à cidade de Toledo.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1.977.

(a) Egon Pudell.

JUSTIFICATIVA ;

Como justificativa anexamos cópia do requerimento apresentado à Câmara Municipal da cidade de Toledo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso e suas prerrogativas regimentais, requer de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., Doutor Celso Sabóia Costa, solicitando a criação de uma agência daquele banco no Distrito de Jardimópolis, em Medianeira.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1.977.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA ;

Pelo seu pujante crescimento populacional e econômico o Distrito de Jardimópolis, em Medianeira, ressen-te-se de uma agência bancária para atender às operações comerciais da comunidade, evitando à população o deslocamento até a sede do município.

Tal benefício atingirá também aos moradores do distrito vizinho, Flor da Serra, que também não possui agência bancária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães, fotocópia anexa do Ofício número 02 de 15/08/77, recebido da Câmara Municipal de

Tamboára, através do qual, pela unanimidade dos seus integrantes, aquela Edilidade Municipal solicita gestões urgentes junto àquela Secretaria de Estado, para a reconstrução da ponte sobre o Rio Suruguá, na estrada que liga Tamboára-Paranavai, reforçando assim apelo, anteriormente, formulado pelo signatário deste, em sessão plenária do dia 10 de maio p.p., neste mesmo sentido.

Apelo este, que apesar de ter recebido resposta do Sr. Secretário dos Transportes, através do Ofício número 264/77 de 20/06/77, informando a adoção de medidas preliminares para a execução das obras, até a presente data, nenhuma providência efetiva chegou àquela região, visando solucionar o problema que há 18 meses vem ocasionando incalculáveis prejuízos aos usuários daquela rodovia.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1.977

(a) Waldenício Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) – Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO – Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – “Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comemoramos esta semana mais um aniversário da Independência.

Completam-se 155 anos. A Independência do Brasil não foi um gesto isolado, algo quixotesco, de um príncipe chamado D. Pedro, teleguiado por um velho patriarca chamado José Bonifácio, num momento de revolta contra as decisões das Cortes Constitucionais de Lisboa, que o haviam contrariado e humilhado.

Não, Sr. Presidente, a Proclamação da Independência traduziu a vontade do povo brasileiro.

Em agosto de 1822, o Príncipe D. Pedro lançava um manifesto “aos povos deste Reino”, afirmando a soberania do Brasil, em igualdade de condições com Portugal.

“Brasileiros” – proclamava o Príncipe – “está acabado o tempo de enganar os homens.

Os governos, que ainda querem fundar o seu poder sobre a pretendida ignorância dos povos, ou sobre antigos erros e abusos, têm que ver o colosso de sua grandeza tombar da frágil base sobre a qual se erguera outrora.

Foi por assim não o pensarem que as Côrtes de Lisboa forçaram as nossas províncias a sacudir o jugo que lhes preparavam: foi por assim pensar que eu agora já vejo reunido todo o Brasil em torno de mim, requerendo-me a defesa de seus direitos e mais a paga de sua liberdade e independência.”

Longo e vibrante manifesto, redigido com a colaboração de Gonçalves Lêdo, para acentuar que os brasileiros jamais se conformariam com as Côrtes de Lisboa.

Por isso convocara a Assembléia Nacional Constituinte, para cimentar a nossa independência política.

A Assembléia – acrescentava – organizaria o Governo, votaria os códigos, faria as leis, modelaria as instituições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há 155 anos passados, – coroando os sonhos de emancipação que amadureciam no coração do povo brasileiro, o Brasil tornou-se independente.

Desde aquele momento histórico, a chama da Liberdade jamais se apagou, e não permitiremos que nunca se apague.

Os heróis que hoje reverenciamos foram fiéis aos seus ideais, cumpriram com sua obrigação, auscultando aspirações do povo, consolidando o sentimento da Nação.

O indomável Tiradentes morreu no patíbulo, morreu esquartejado, mas com ele não morreram seus ideais. O Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrade e Silva, deu-lhe

consciência do grito que o povo brasileiro queria gritar e não podia... Independência ou Morte...

Mas não podemos esquecer centenas de heróis anônimos. A História não registra o nome de todos os que deram o seu sangue pela Independência e pela Liberdade. Cumpre a nós, neste dia, reverenciar a todo povo brasileiro, que gritava todo o dia o grito que ainda hoje ecoa em nossos corações.

"Sr. Presidente, A Pátria não é ninguém: são todos e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo; é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua, da liberdade: assim conceituava o grande jurista o eminente brasileiro Ruy Barbosa.

Nada mais adequado para comemorar a Semana da Pátria do que meditar sobre as palavras tão atuais da "Carta aos Brasileiros". A Nação Brasileira está saturada. Ontem como hoje, o povo brasileiro deseja a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte composta de constituintes eleitos pelo povo livremente, pois é o povo que deve fazer as leis. Esta Constituinte deve contar com a participação de todos os brasileiros, e sua instalação há de ser no sentido de traçar um futuro baseado em leis votadas pelo povo, sem que imperem ódios, rancores, vinganças. Os mais variados e importantes representantes da comunidade brasileira, os juristas, os advogados, os escritores, os jornalistas, empresários, ex-Ministros, intelectuais, estudantes, operários, reclamam a Constituinte.

Mas, Sr. Presidente, os homens que construíram e consolidaram nossa Independência política, nos legaram uma imensa responsabilidade. Um País é efetivamente independente quando conquista a sua independência econômica. A tarefa patriótica é a participação de cada um de nós na construção da grande Nação Brasileira, na grande tarefa de independência econômica que cumpre alcançar e ao mesmo tempo partilhar dos seus benefícios. A tarefa patriótica por excelência é libertar as populações dessa angústia, de que a ordem e o progresso dos ricos venham a fazê-las participar, efetivamente, da pátria que deve ser comum.

Nós, políticos, lutamos por uma democracia onde se situa como meta prioritária, o homem brasileiro, devolvendo-lhe a esperança; lutamos por uma democracia em que possamos participar com nossas opiniões, com a nossa ação, com o peso das nossas palavras e dos votos que alcançamos nas urnas.

O Grande, o Indomável Tiradentes, era um homem animado de grande paixão pela justiça; era um homem que tinha profunda simpatia pelos que sofrem; era um homem de coragem e de ação; patriota, defensor da liberdade. Grande, da grandeza que toca o heroísmo, Joaquim José da Silva Xavier conquistou importante lugar na história da liberdade brasileira.

Como um verdadeiro herói popular, ele teve a vida simples ativa e difícil dos homens da plebe. Seu coração palpitou sempre pela sorte do povo brasileiro.

Nesta oportunidade, reverenciamos a sua memória, a coragem e o sacrifício, de tantos heróis anônimos que deram seu sangue pela Pátria Brasileira".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE -- (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante a sessão do dia de ontem, esse Plenário, esta Assembléia, discutiu acirradamente o problema relativo à inclusão de mais um Clube do Paraná, no Campeonato Nacional.

Esta Assembléia aprovou requerimento de autoria de nobres Deputados que representam Maringá, pedindo a inclusão

da equipe daquela cidade no Campeonato Nacional. Quando da votação daquele requerimento, não estávamos presentes ao plenário desta Assembléia, porque se assim tivesse acontecido, naturalmente teríamos, como outros Deputados, votado contra aquela pretensão.

Mas, após a aprovação deste requerimento alguns Srs. Deputados passaram pela tribuna desta Casa, uns a defender o Grêmio, outros pelo Colorado. E vi na sessão de ontem os ânimos se exaltarem, a puxar de um lado e de outro. E lembrome perfeitamente que, ao apartear o Deputado que estava nesta tribuna, disse que a CBD via apenas à frente o cifrão; que para ela pouco interessa que uma cidade tenha quantidade de pessoas que queiram a inclusão também, do seu Clube no Campeonato Nacional.

E como que, por encanto talvez e de repente, após o término da sessão, quando durante ela dizíamos que tínhamos certeza que o que a CBD estava pretendendo com a disputa, era um engodo, era uma mentira, e sabemos e tínhamos certeza, porque afirmamos aqui, que o Presidente da CBD estava mentindo quando dizia que os dois clubes disputariam no campo a quarta vaga.

A politichal e a politiquice tomou conta também da CBD. Não quero aqui desmerecer a participação do Grêmio no Campeonato Nacional, mas, quero deixar bem claro nesta sexta-feira, nesta sessão matutina, que seria melhor o Sr. Heleno Nunes que tanta mentira tem dito, que tanta barbaridade tem feito na Confederação Brasileira de Desportos, deveria isto sim, seguir a trilha e o caminho que escolheu como militar, como almirante; não como dirigente de uma Confederação de tamanha responsabilidade, e o pior, é que o Ministro da Educação que é deste Estado, também enganou a população de Curitiba, não deveria ter proposto aquela disputa mentirosa, deveriam ter dito simplesmente, para não enganar, para não mentir, o Grêmio será o quarto clube do Paraná.

O que revolta e faz com que viéssemos a esta tribuna nesta manhã, é exatamente por esta razão, e mais ainda; o carnaval que se fez neste Estado, baixou-se até um decreto, dando o nome do Estádio de Maringá, de Complexo Esportivo Jayme Canet, quando se sabe que na verdade, o Estádio Willie Davis foi construído por um Prefeito do MDB, Prefeito Sílvio Barros. E graças a este Estádio, é que o Maringá levou a quarta vaga do Paraná no Campeonato Nacional.

Diga-se a verdade aqui, mas, a verdade que o Colorado, terá talvez uma oportunidade no ano que vem, quando se provar, o que vou dizer agora, quando se provar no Campeonato do ano que vem, o que eu vou dizer agora: a política e a disputa estarão sempre juntas, não pensem aqueles que colocaram o Grêmio no Campeonato Nacional, que sua política será mais forte do que as demais, no Brasil.

E veremos o resultado deste Campeonato Nacional, em termos de Paraná, o ano que vem, teremos a prova disso.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. que escutei com atenção, na leitura do expediente, um requerimento propondo um voto de regozijo ao Almirante Heleno Nunes, por isso, Sr. Presidente, antecipadamente, vou pedir para discutir este requerimento. Somente isso.

Muito obrigado. -- (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, representante de Cascavel.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho-me em condições de discutir também futebol. E acho que este Parlamento, principalmente nesta hora de frustração da vida pública nacional, interessa-se também pelo futebol, porque se trata de um desenvolvimento do esporte, no nosso Estado, na nossa nação; e esporte é a tradução mais formal da saúde.

O caso Grêmio e Colorado está trazendo uma série de divergências e de polêmica a respeito do comportamento político, dos homens da estirpe daqueles que estão hoje, dirigindo o Executivo Estadual.

Este quadrangular levado a efeito neste meio de semana, segundo se pode perceber, não passou de um expediente, para congregar, para reunir, os afisionados do esporte futebolístico e captar assim a maior renda.

Recordo-me e quero fazer justiça, que no mês de março deste ano, o Deputado Antônio Facci, do Movimento Democrático Brasileiro de Maringá, deu uma entrevista ao jornal "Diário de Maringá", alertando e dizendo que, de 60 a 72 times, participariam desta quadra de disputa do esporte nacional.

A partir de então, se começou a movimentar, se começou a mobilizar as classes políticas e representativas que aqui têm assento nesta Casa; e houve uma incorporação, houve uma compreensão da parte dos representantes de Maringá. Não só da Oposição, mas também receberam a aliança dos membros da Aliança Renovadora Nacional. E partiram para uma reivindicação das mais justas, que os homens de representatividade legítima de Maringá, poderiam aceitar. E a partir daquele momento, a partir já do início deste ano, se começou a fazer uma campanha para que o Grêmio de Maringá entrasse no futebol, entrasse a disputar, como quarto time do Paraná, no Campeonato Nacional. E a luta desses homens, desses parlamentares, está gravada, está inserida nos Anais desta Casa. E o que se viu nesta semana de demagogia, em torno deste assunto, é realmente repudiante. Porque, se permitiu primeiro, que se fizesse uma disputa única, sem nenhum sentido objetivo, buscando apenas a participação de um time da Capital, levando ao erro, ao engano e ao engodo, toda uma Diretoria de um Clube, que tantos serviços têm prestado ao esporte. E diga-se à bem da verdade, tem passado por sérias crises econômico-financeiras, para a sua auto-sustentação.

E agora, o Sr. Governador do Estado, com todo o respeito que nos merece, na última hora, depois de já ter sido decidido pela CBD já há muito tempo, segundo se pode perceber, pelas ilações que se fazem das entrevistas e das reportagens esportivas a respeito do assunto.

Parece-me — e aqui não quero me adiantar, que o Governador do Estado, se aproveitou de um momento emotivo e emocional sobretudo da população do Norte do Paraná, mais estritamente ligado a Maringá, para pronunciar a sua candidatura ao Senado da República. E não é de se duvidar que ele tenha se embrenhado pelo caminho do esporte, para fazer o lançamento extra-oficial, prematuro de sua candidatura.

Entendo que seja legítimo a qualquer cidadão, fazer lançamento de candidatura, não usando do Governo do Estado, dum momento em que as emoções do homem e do futebol são levadas até divergências graves, para fazer o pré-lançamento de sua candidatura. Terão momentos mais adequados, mais oportunos, e este, é um juízo pessoal, é uma interpretação — que me perdoem — os Srs. Deputados — que eu faço, com a antecipação que fez o Deputado Facci, que, o Grêmio, seria colocado no futebol nacional.

Então, é de se perguntar, embora, Sr. Presidente, para concluir, Cascavel que também representa e representa com dignidade uma das maiores regiões de progresso deste Estado — sem nenhum desmerecimento às demais — então, é de se reivindicar também, que Cascavel, que S. Exa. o Sr. Governador do Estado, o Delegado do Governo Federal nesta unidade federativa, também se interesse pelo futebol do Oeste do Paraná. É de se reivindicar, como justa, a posição de Cascavel, embora Cascavel ainda não tenha time para compor o futebol nacional, mas, já que é, ele, o todo-poderoso, que resolve, na última hora, e o estádio de Cascavel está sendo concluído, falta verbas para concluí-lo, então faço esta reivindicação, parafraseando os representantes de Maringá.

Cascavel e o Oeste do Paraná precisam que o Sr. Governador do Estado e as forças políticas que o congregam, também se lancem, para que o futebol do Oeste do Paraná, tenha o seu lugar no futebol nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O esporte, em todas as suas modalidades, é matéria a ser versada e cuidada por esta Casa, não só o que seja promovido pelo Estado, assim também, todas as atividades profissionais que se relacionem com o povo. Entre estas, a que tem maior evidência no País, é a prática futebolística, pela grande atração popular que a mesma desperta em todo o território brasileiro.

Por isso entendemos que assuntos pertinentes a problemas do nosso futebol não podem servir de objeto a que se deflagre uma luta inconsequente em torno de interesses clubísticos, e que ainda arraste, atrás de si, posicionamentos de natureza político-partidária. O interesse que deve preponderar é o da população, que dá vida aos espetáculos, e destes necessita, em maior ou menor intensidade. Tal interesse é fácil de se concluir, não pode ser equacionado fora de sua real posição, que é aquela que o situa acima dos interesses político-partidários e do clubismo, sem que isto também possa representar regionalismo.

Estas ponderações vêm a propósito do requerimento ontem votado neste Plenário, e que constitui matéria vencida.

A Assembléia Legislativa do Paraná, com três abstenções declaradas, que a Mesa transformou em votos contrários, aprovou maciçamente o apelo em favor do Grêmio de Maringá, no próximo Campeonato Nacional, assumindo uma posição contrária aos que defendem uma disputa seletiva entre aquele, e o Colorado, da Capital.

Tal aprovação redundou em acirradas discussões posteriores à guisa de explicações pessoais, entremeadas por referências desabonadoras e até injuriosas à pessoa ilustre e digna do Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Dr. Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro.

Sei de quem se trata.

Homem de ilibada conduta social, exemplar chefe de família, desprendido e útil à sociedade em que vive, o Dr. Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro se situa entre os mais honrados serventuários da Justiça que conheço pessoalmente e de longa data.

Teve que ceder, ainda, no exercício de suas múltiplas atividades, à voz de seu próprio sangue de esportista, herdado de uma respeitável ascendência que remonta aos primórdios do futebol paranaense, e se dedicou ao esporte. Foi assim enquanto viveu em Arapongas, onde o seu Clube era também rubro-negro.

Não obstante, o seu caráter íntegro e o alto nível moral em que se posiciona, asseguram-lhe plena isenção clubista na Presidência de nossa entidade "Mater", cujo cargo exerce dentro dos melhores princípios éticos, e diga-se, a bem da verdade, com excepcional tirocínio. Tal conduta tem resultado numa administração que se caracteriza pela serenidade, firmeza e proficiência em favor do futebol paranaense, com os melhores reflexos no âmbito nacional.

Dai, muito embora as cores gloriosas de meu Clube sejam as da camisa alvi-verde com calções pretos, e posso, não raro, discordar de suas convicções esportivas, e até de atos de sua laboriosa gestão, jamais poderia negar-lhe o direito de ser falível, que também cabe a todos nós, porém não como erro de consciência, que repugna, mas de convicção, que reflete trabalho, raciocínio e honestidade.

Era o que me cabia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer sobre a brilhante personalidade de Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro, e especialmente como Presidente da Federação Paranaense de Futebol, para que unicamente lhe seja feita justiça.

porque, ao que me consta, sempre foi procurada por todos quantos têm assento nesta Casa”.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Segundo declarações oficiais o telex enviado pelo Governador do Estado ao Presidente da ARENA do Rio de Janeiro, Almirante Heleno Nunes, foi o fator determinante do ingresso do aguerrido GRÊMIO no Campeonato Nacional, em detrimento do não menos poderoso COLORADO, da Capital. Festivamente, o Prefeito de Maringá agradeceu o gesto perpetuando o Chefe do Poder Executivo ao nominar o Complexo Expositivo daquela importante cidade.

Ninguém nega a justiça da presença do Grêmio.

Mas, ninguém poderá negar, também, a injustiça que se cometeu ao COLORADO.

Ambos se nivelam no campo esportivo, e justamente aí vai a nossa crítica.

Há poucos dias, se anunciou que a quarta vaga paranaense no maior certame futebolístico do mundo seria preenchida em disputa esportiva, envolvendo as duas associações pretendentes, mas, de um instante para outro, quando as definições já haviam sido divulgadas, em face de pressões eminentemente de bastidores, na linguagem esportiva - no TAPETÃO —, todo o esforço e o entusiasmo de uma grande torcida foi abominavelmente destruído.

Uma força misteriosa se intromete no campo esportivo e faz mudar o curso da lógica.

E nós, que militamos há nove anos em partido político, infelizmente, de há muito passamos a conhecer a causa e os efeitos desta força misteriosa.

Referimo-nos ao arbítrio que escapa à força da lei, e que geralmente culminam com cassações de mandatos eleitorais, em alterações constitucionais”.

E, esperamos que no esporte a força misteriosa para por aí, no afã de se contentar ou de se manter, poderá acarretar sérias distorções, como por exemplo se decretar, por influência talvez do Dr. Francelino Pereira, o RIVER Campeão nacional, ou ainda, no campo do atletismo, assegurar recordes mundiais através de decisões de gabinetes.

Lamentamos a forma como foram conduzidos os fatos.

Acreditamos que o Chefe do Executivo, muito mais que se preocupar com o ingresso de um clube no certame nacional, poderia, isto sim, no terreno futebolístico, adotar medidas que pudessem objetivamente, concluir o denominado Estádio PINHEIRÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Destoarei um pouco da tônica que esta Assembléia elegeu hoje, para os seus pronunciamentos. Mas, pilhada em impedimento à administração, me cabe o dever de levantar a bandeira contra irregularidades, esperando que o juiz, que é esta Casa, acabe por assinalar um posicionamento destes fatos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falo do Banco do Estado do Paraná, o nosso estabelecimento de crédito neste Estado. Até algum tempo já, se vem colhendo informações, se vem recolhendo conhecimentos de que este estabelecimento, no seu contexto global, talvez não esteja a trilhar o seu caminho mais correto na gerência e na aplicação dos recursos que em última análise, são os recursos do Estado, são os recursos do Paraná, são os recursos de nossa gente.

Não venho aqui de antemão e já de princípio inquirar a administração que compete gerir aquele Banco de qualquer outra atitude. Venho para estranhar estes acontecimentos e que não são de hoje, já de dois anos, três anos, se conhece e a pró-

pria imprensa tem retratado isto, se conhece atitudes pouco recomendáveis; atitudes esquerdas e esquisitas que medram naquele Banco.

Tenho para mim, que o meu Partido, o MDB, por sua bancada nesta Casa que é a ponta de lança da sua ação política, deve ao Paraná, porque este compromisso assumiu. Deve ao Paraná, uma atitude com relação ao Banco do Estado do Paraná.

Tenho para mim que nesta Casa, na sua somatória e independentemente de Partidos, tem por dever uma análise mais acurada, uma fiscalização mais incisiva sobre o que ocorre no seio daquele estabelecimento.

Em boa hora esta Casa já adotou uma atitude preliminar que foi a de aceitar e constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para analisar, e abranger um dos aspectos só, que é o da desparalisação. Aonde entraria o nosso estabelecimento bancário com atitudes creditícias não muito aceitáveis, no que respeita ao estímulo e ao incremento de atitudes com relação ao desenvolvimento do Banco do Estado do Paraná.

Mas não é este aspecto que vim abordar e nem quero me alterar hoje nesta abordagem que faço. Fico num detalhe e apenas num aspecto. “O Banco de todos nós”, eis o slogan altissonante que se fala nas emissoras de rádio, nas emissoras de televisão, e que conhecemos pregados em todos os postes de propaganda deste Estado.

“O Banco de todos nós”, parece que tem nesse “nós” um duplo sentido. O “nós” pronome quando se trata de um amigo, do compadre, da corte, do favorecido, e o “nós” que representa a complicação, o “nós” que representa o obstáculo, o “nós” que representa o fosso para aqueles que não se entregam ao sabujismo, ao aviltamento, ao aplauso fácil.

Esta parece ter sido a orientação do Banco do Estado do Paraná, e escolheu bem o seu “slogan”, e honra o seu “slogan”, quando assim age. Tudo para os que aplaudem, nada para os que não se curvam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é curto o espaço hoje para que me aprofunde nessas considerações.

Fico numa atitude inicial que deve marcar outras que daqui para frente adotarei com relação ao Banco do Estado do Paraná, e a de, na preliminar, buscar informações e conhecimentos do que efetivamente ocorre naquela Casa de crédito.

Para isso, trago à consideração da Casa pedido de aprovação do requerimento que passarei a ler. Atrás dele outros virão, procurando abarcar todos os aspectos em que atua aquele Banco, procurando penetrar em todos os escaninhos daquela administração, como uma atitude que não está eivada de prevenção, que não está eivada de raiva, que não está eivada de outras considerações e finalidades.

Busco, tão somente, — e parece que esta deva ser a atitude da Casa — busco tão somente saber e conhecer para poder avaliar e fiscalizar o que ali ocorre.

Passo à leitura do requerimento, Sr. Presidente. (Lê) ;

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento nos dispositivos constitucionais competentes, requer, com o assentimento da Casa, seja dirigido expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Finanças, consubstanciando o seguinte Pedido de Informações, junto ao Banco do Estado do Paraná:

— Possuindo o Banco do Estado do Paraná, em sua estrutura, uma Carteira de Crédito Rural, detalhar:

1.— Qual o montante de recursos previstos para operações no ano em curso?

2.— Qual o montante já dispendido até a presente data?

3.— Há e havendo um percentual máximo de aplicação, qual é ele, como é medido em termos de verba total disponível e aplicações efetuadas em relação ao tempo ou período; quais, enfim, as normas que legal e tecnicamente orientam esse trabalho?

4. — Existem e existindo, quais as prioridades merecedoras de aplicação?

5. — Quais, havendo, as áreas ou regiões do Estado que mereçam tratamento especial?

6. — Através dessa Carteira o Banco faz, ou fez, ou programa fazer em qualquer época, aplicações fora da área do Estado e, em particular, no presente exercício?

6. — Nas suas operações, o Banco, nessa Carteira, tem por norma indeferir financiamentos em razão de "excesso de aplicação", considerando o volume em cada agência ou cada região, ou globalmente no Estado? Como se mede esse "excesso de aplicação"?

8. — Nessa Carteira, quais as modalidades de operação merecedoras de empréstimos e quais os requisitos para se obter?

9. — No período compreendido entre 15 de junho a 31 de agosto, do corrente, qual o valor dos investimentos, e quantos empréstimos foram concedidos, com os respectivos valores, data a data?

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1977".

Será esta a primeira atitude. Espero voltar e tratar mais longa e demoradamente sobre o assunto. Em termo final, Sr. Presidente, sei que não tratando de esporte, o tempo é improrrogável. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência não aceita a irreverência do eminente Deputado Enéas Faria, tão somente a Presidência como faz usualmente, alertou que o seu tempo havia se esgotado.

Não vê razão para impingir à Presidência que tenha admitido que os Srs. Deputados que falaram sobre esporte, usaram tempo mais dilatado que V. Exa. usou. A Presidência não aceita a irreverência e concede a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Apenas para registrar que V. Exa. conjectura sobre pensamento que eu pudesse ter, porque não enunciei o pensamento que tinha. V. Exa., Sr. Presidente, com razão ou não, mostra-se muito sensível e suscetível às palavras que aqui se pronunciam.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência não deseja polemizar. A Presidência foi, ontem, objeto de referência maldosa, também do Deputado Enéas Faria, quando se referiu à Mesa desfalcada, quando a Mesa nos termos do art. 20 do Regimento Interno, composta para presidir os trabalhos da sessão especial comemorativa da Semana da Pátria.

Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por várias vezes estive nesta tribuna, bem como outros Deputados de Maringá, ou todos mesmo, brigando, lutando, defendendo a inclusão do Grêmio no Campeonato Nacional; sem que isso, sem que com isto pretendêssemos o afastamento deste ou daquele clube.

Ouvimos, atentamente, o pronunciamento do Deputado Muggiati, quando esse defendia a figura e o bom nome do Presidente da Federação Paranaense de Futebol; e eu, procurei nas notas taquigráficas, se sabia que, anteriormente, jamais havia feito qualquer citação a esse cidadão. Nas notas taquigráficas, do pronunciamento de ontem também, não fiz, pessoalmente, qualquer referência ao Sr. Motta Ribeiro; critiquei, no dia 31, anteontem, a desinformação em que vive este País: Ninguém sabe a que preço vende ou venderá sua produção agrícola; a dona de casa não sabe se encontrará leite no dia seguinte, de manhã, e, tem que enfrentar filas. O desportista não sabe a que ponto está, realmente, o andamento para o Campeonato Nacional, ou para os campeonatos regionais.

E, ontem, confirmou-se, plenamente, esta posição, porque

saindo de sua posição de Presidente, com todo direito que lhe assiste o Regimento e seu mandato de Deputado, o Presidente desta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, vinha para o plenário, nos aparteava, procurando tirar a responsabilidade dos homens que dirigem este Estado e esta Nação, da inclusão ou não deste ou daquele clube, em um Campeonato. Isto foi às 16,05 horas.

O Deputado Gilberto Carvalho, em seguida, fazia a mesma afirmação. Havia a decisão final da CBD, que nós teríamos que disputar com o Colorado, a vaga no Nacional.

Alguns minutos depois de terminada a sessão, eu recebia, através de um assessor da Presidência, a informação, gentilmente, me era transmitida pelo Deputado Ivo Thomazoni, como Presidente da Casa, que estava no Palácio — "diga ao Deputado Facci que o Grêmio está no Nacional porque está saindo, agora, um Telex do Governador Jayme Canet Júnior, confirmando a sua preferência pela inclusão do GRÊMIO".

Eu tentei e liguei mesmo para o Gabinete do Governador para falar com o Ivo Thomazoni; não me foi possível manter este contato. Mas, hoje de manhã, agradeço a gentileza do Presidente da Casa.

Mas, vejamos, Srs. Deputados, a referência feita pelo Deputado Fidelcino Tolentino, desta tribuna, quando da entrevista que dei ao jornal "Diário do Norte" do Paraná, em março ou abril, ainda deste ano, e informações concretas vinham do Rio de Janeiro, da CBD, que davam conta de que o Campeonato seria realizado com 60 a 70 clubes, e que o Grêmio faria parte sem ter que disputar com ninguém.

E foi por isso os nossos pronunciamentos seguintes: porque protestávamos veementemente contra a atitude final da CBD, final até ontem às 15 horas, de alijar ou fazer com que o Grêmio disputasse a sua vaga. Portanto, Srs. Deputados, a nossa posição sempre foi e é em defesa dos interesses de Maringá, de nossa região e de nosso Estado.

Dizia-se e disse nesta Casa, que o Paraná está muito bem representado, que o esporte do Paraná está uma maravilha. No entanto, entre 72 nomes de jogadores considerados negociáveis, para o exterior, para disputar a próxima Copa do Mundo, nenhum jogador do Paraná está incluído. É falta de prestígio dos homens que lideram o esporte nesta terra.

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos, advertindo o Sr. Deputado).

Agradeço, Sr. Presidente, e já terminarei.

É falta de presença verdadeira dos homens do esporte, nesta terra. E quando alguns Deputados vêm a dizer que o futebol não se deve discutir aqui, eu pessoalmente, digo que futebol como todos os esportes, faz parte da vida do povo brasileiro e precisa e deve ser discutido em suas Casas Legislativas; e precisa e deve ser impulsionado por todos aqueles que têm responsabilidades perante a população.

O que nós não podemos também ficar calados, é quando as festas que se fazem agora, dando o nome de um estádio que o Prefeito Silvío Barros construiu, não sei se "Caneção, ou Caneção", me parece que vai ser "Estádio Canetão", no Norte do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Havia solicitado a minha inscrição para o Pequeno Expediente, desta manhã, para precisamente dizer, com menos brilhantismo é claro, as mesmas palavras que usou nesta Casa, o nobre Deputado Muggiati Filho, quando fez brilhante defesa de uma das figuras mais queridas e mais importantes do esporte paranaense, o Presidente Motta Ribeiro, tão duramente atingido nesta Casa ontem, porque naturalmente não lhe conhecem o passado. Um passado todo dedicado às causas esportivas de

nossa terra; um passado dedicado à comunidade curitibana. Porque eu o conheço aqui de Curitiba e sei quanto a nossa terra quanto a nossa gente deve a Motta Ribeiro. Portanto, foi infeliz, ontem, o nobre Deputado Valter Pietrângelo, quando assacou injúrias, quando disse inverdades a respeito do caráter de um dos homens mais dignos com quem eu convivi no esporte do Paraná; não preciso continuar na defesa, porque o fez com muito brilhantismo o nobre Deputado Muggiati Filho.

Mas já que hoje, quase que inteiramente é dedicado ao esporte, eu quero também dar a minha opinião, com relação à atitude tomada pelo Governador Canet Júnior. Quando solicitou ao Presidente da CBD, que a quarta vaga destinada ao Paraná, fosse conferida ao Grêmio de Maringá, eu acho que, e me perdoem os Srs. Diretores e a imensa torcida Colorada, que eu tanto respeito e que muito prezo mas, eu acho que o Sr. Governador do Estado agiu corretamente. Dentro de um critério técnico, não havia possibilidade de outra escolha, esta Casa não tem o que discutir o assunto, exceção daqueles Deputados que declararam seu voto ontem, contrário ao requerimento que pedia a inclusão do Grêmio de Maringá, no Campeonato Nacional.

Esta Casa ontem, ratificou uma posição, como bem afirmou o Deputado Muggiati Filho: Esta Casa ontem por unanimidade, com exceção daqueles três votos, colocou-se ao lado do Grêmio de Maringá. E por que? Porque era realmente de justiça a inclusão, entre os dois clubes, era realmente de justiça, que se incluísse o Grêmio de Maringá. Primeiro, por uma questão geográfica, porque Curitiba já tem dois clubes disputando o Nacional. As rendas na Capital do Estado comportaria uma terceira agremiação? Não seria um fracionamento de rendas com reais prejuízos aos dois já participantes, o Coritiba e o Clube Atlético Paranaense? Claro, nós vimos que Curitiba nem comporta dois clubes, porque o Clube Atlético Paranaense saiu com prejuízo, com déficit, no último Campeonato Nacional.

E, ao contrário, nós temos verificado que as rendas na cidade de Maringá, são excelentes, hoje, aquele município está dotado com a Praça de Desportos que realmente, orgulha o Paraná, um trabalho extraordinário do nosso ex-companheiro, então Prefeito Silvio Barros.

Portanto, o Governador do Estado, agiu certo.

Não vejo na atitude do Sr. Governador, um ato político, um gesto político, porque ele já declarou ao contrário do que declara esta Casa, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, o Governador do Estado já declarou que não é candidato a nada. E graças a Deus não é, porque um administrador do quilate de Jayme Canet Júnior, tem que completar o seu mandato. Porque a administração que ele está fazendo, queira ou não queira, é ímpar na história do Paraná.

Portanto, o critério adotado pelo Governo do Estado, pelo Sr. Governador, ao interceder em favor do Grêmio de Maringá, a meu ver, que convivo com o esporte, que conheço as dificuldades, as agruras por que passam todos os clubes no regime profissional; as dificuldades que enfrentam os seus diretores, para saldar os compromissos assumidos em decorrência da disputa de um título de futebol profissional, eu que conheço tudo isso acho, que a decisão foi tecnicamente perfeita. Não há o que reclamar, acho que ele, o Sr. Jayme Canet, é o Governador de todos os paranaenses. E assim o sendo, ele tem o direito e o dever de opinar pela solução justa, pela solução que tecnicamente, se nos afigura a mais perfeita, como é o caso da participação do Grêmio de Maringá, no Campeonato Brasileiro do próximo ano. Apesar, e diga-se de passagem eu era contra, sou e serei sempre, à inclusão de mais clubes na disputa do Campeonato Brasileiro. Porque as verbas decorrentes da Loteria Esportiva, dinheiro que é arrancado semanalmente, de pessoas que às vezes nem podem gastar o dinheiro de uma aposta, estão sendo lamentavelmente carregadas para este campeonato brasileiro, pagamento de passagens aéreas, de diárias de hotéis,

que sem nenhum benefício ao esporte, quando se o Ministério da Educação, reduzisse a participação da verba da loteria esportiva no Campeonato Brasileiro e destinasse esta importância ao esporte amador, nós estaríamos muito melhor servidos e as finalidades da Loteria Esportiva cumpridas de acordo com o pensamento daqueles que idealizaram a loteca em nosso Estado, em nosso País.

Era isso, Sr. Presidente, o que queríamos dizer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, não me inscrevi no Pequeno Expediente, certo que teria o horário reservado à Liderança.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência observou que não há oradores inscritos no Grande Expediente e não consultou as Lideranças, e o faz agora.

A Presidência consulta a Liderança da ARENA, se deseja ocupar o horário regimentalmente cedido ao seu partido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Com a palavra, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia usar deste horário do dia de hoje, como sempre temos feito, nas sextas-feiras, quando se reúne esta Casa.

Mas, depois de vários pronunciamentos feitos no dia de hoje, nós não poderíamos nos omitir.

Inicialmente, quero me congratular com o Sr. Deputado Muggiati Filho, pela brilhante defesa que fez do Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Dr. Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro, referendado pelo Deputado Erondy Silvério.

Pessoa que nós conhecemos; sabemos do seu comportamento e sabemos também como ontem, em um aparte que ofereci ao Deputado Antônio Facci, de que cada corrente estava lutando; uma pelo Colorado outra pelo Grêmio de Maringá. Nada mais justo que cada um fizesse a sua defesa extra-partidária. Ali era o interesse de cada Clube. Chegou-se a um resultado; um resultado justo. Falou-se em renda, falou-se em cifras. Mas, quando existe renda, existe povo. Então vamos falar em povo.

O maior público, participando e assistindo, nós pudemos ver em Maringá, e vai repetir, no domingo, naquela "Cidade Canção".

Justiça foi feita. Se nós analisarmos o Rio Grande do Sul, Porto Alegre, com uma população maior, com dois clubes na Capital, um clube no Interior.

Belo Horizonte, a população de São Paulo, comparando com o Paraná que está com quatro clubes; o Colorado teve a sua vez, quando o Ferroviário, em 67 — e não teve êxito; porque nós sabemos que é difícil e quase que impossível, a manutenção de três clubes na Capital, disputando o Nacional; o que seria o enfraquecimento dos três.

E esta decisão foi justa; porque Curitiba está muito bem representada por três clubes e nada impede que venha o Colorado a disputar, vencendo o campeonato e passando também a disputar o Nacional e caindo um dos dois, continuando sempre dois na Capital.

Londrina que representa também uma região, está representada. Não era justo que ficasse Maringá, toda aquela vasta região, indo até Cascavel, e não tivesse o seu representante no Nacional.

Os apelos do povo. Depois de tudo isto, considerava que a luta foi feita, por cada uma das correntes, e justa. Pois claro, depois do resultado, eu achava que todos compreendiam que a

medida foi justa e que o assunto estaria encerrado. Mas o que nós assistimos, exaltados os ânimos, ataques ao Presidente da CBD, que está agindo politicamente. Ao Governador que dá o nome ao Estádio de Maringá. Tenho certeza, conheço bem Silvío Barros, que ele está vibrando entusiasmado, lá em Maringá, com este resultado, junto com João Paulino e com o povo de Maringá.

O Governador tomou uma medida justa e corajosa. Sabemos dos companheiros que ele tem também no Colorado, mas fez justiça. Não foi politicamente, mas com justiça, atendendo aquela região de Maringá.

Nós vemos agora, depois de todo este resultado, tem um requerimento — e aí o motivo da minha presença nesta tribuna. Ontem, nos referendamos, como já foi dito desta Casa, este resultado encontrado, quando três Deputados não diziam "voto contra", diziam "eu me abstenho de votar". E com justiça, pois se pertencem a um clube, não irão votar contra o seu clube. Eu também não votaria contra.

Desejo referir-me ao requerimento de regozijo ao Presidente da CBD, Almirante Heleno Nunes, requerimento justo, apresentado e à nossa posição, como eu disse, extra-partidária.

A nossa bancada votará livremente, a favor, ou, contra este requerimento, pelo simples fato de que, neste mesmo requerimento de voto de regozijo a Heleno Nunes, há ataques à tramóia de Motta Ribeiro. Por este motivo, cada um Sr. Deputado de nossa bancada votará como melhor entender, porque eu acho que o Presidente da Federação não merece ser criticado.

Nós tivemos, há pouco, da tribuna, o Deputado Antônio Facci, que fazia referências até aos jogadores que irão participar da Seleção Brasileira, e que, do Paraná, não há nenhum. Então não há condições. Se nós analisarmos friamente sobre quem temos, quem poderia ocupar o lugar de quem, na Federação? Acho que para a CBD tem que ser escolhidos os melhores, para que o Brasil seja bem representado nesta Copa do Mundo.

O Sr. Antônio Facci — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento) Sr. Deputado, a referência que fizemos à não inclusão de algum jogador do Paraná na lista dos 73 negociáveis, até foi motivo de brincadeira e de amizade por parte do Deputado Lázaro Dumont, que quis dizer que os jogadores do Paraná também são negociáveis, porque ninguém os quer. Mas, em verdade, num Rondinelli ou em outros tantos lá do Rio de Janeiro, não vejo melhor categoria do que em elementos que tenhamos no Coritiba, no Atlético, ou mesmo no Grêmio, ou no Colorado.

Quanto à posição e à situação que fiz do aparte de V. Exa. ontem, — está aqui nas notas taquigráficas — foi que, V. Exa. afirmava que não havia, não houve e nem poderia haver influência política na decisão dos clubes que fossem disputar o Campeonato Nacional; no entanto, naquele preciso momento, o Sr. Governador já estava passando um telex para o Rio de Janeiro, pedindo a inclusão, no torneio, do Grêmio. Veja V. Exa., que há influência política, tanto que, pretendem mudar o nome do Estádio Willie Davis para o nome do Governador, a cuja construção, ele não colaborou.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, se o Governador passou um telex pedindo a inclusão do Grêmio de Maringá, entendendo aí que, na qualidade de Chefe do Poder Executivo, responsável pela administração do nosso Estado, desejoso de ver o nosso atletismo crescer cada vez mais, foi que, nada mais fez do que fazer justiça. Então não foi a política, não foi o Governador-político, mas sim, o Governador-administrador.

O Sr. Antônio Facci — Eu admito — se me permite, Deputado — perfeitamente que ele tenha feito justiça, o que ele não podia, era enganar o Colorado, era fazer com que a torcida do Colorado permanecesse na expectativa da disputa, quando, em verdade afirmamos da tribuna e numa entrevista de marco ou

abril deste ano, que tínhamos a convicção de que, elevado o número para mais de 60 clubes, o quarto clube do Paraná seria o Grêmio.

De maneira que a atitude do Sr. Governador, perfeitamente administrativa — segundo V. Exa., — veio tardiamente. Devia ter vindo antes. O Sr. Governador devia ter sido honesto com o Colorado, com os homens do Colorado, devia ter conversado com eles e dito "Olhe, infelizmente este ano, não há possibilidade de participar". É importante que se diga que lutamos pelo Grêmio, mas não gostaríamos que uma população inteira que torce pelo Colorado, que é o clube de futebol da Capital, que tem a torcida de gente mais humilde, o torcedor é realmente o "povão", fique enganada, ludibriada, quando o Governador do Estado, o Presidente da Federação, a CBD, já sabiam que ele não iria participar.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Deputado Facci, ao encerrar este nosso pronunciamento, gostaria de dizer a V. Exa. que o Colorado não foi enganado. O que o Governador fez — e muito certo — foi votar a favor do clube. Porque não cabia ao Governador tomar uma decisão — e aí sim vejo uma falha do Presidente Motta Ribeiro — poderia a Federação ter decidido, ter já tomado uma decisão, sem precisar a interferência do Governador.

O Sr. Fabiano Braga Cortes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, apenas para dizer que a solução para o Paraná seria a entrada de todos os Clubes no Campeonato Nacional. Sugeriria até que esta Assembléia fizesse um expediente — se reunisse extraordinariamente — para pedir à CBD, que incluísse todos os clubes do Paraná no Campeonato.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte de V. Exa., mas, caberia à Federação, aos desportistas, tomarem essa decisão. E nesta Casa, nesta sessão um tanto tumultuada, falou-se quase que só de futebol, e não se tomou uma decisão.

O Sr. Governador decidiu tomar uma decisão, tomar uma posição.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento) Deputado Gilberto Carvalho, acho que foram justificadas as minhas críticas ontem, ao Presidente da CBD. De antemão, devo esclarecer que critiquei-o como dirigente da CBD, critiquei as suas atividades neste setor, jamais fora disso.

Ora, o Sr. Motta Ribeiro falhou exatamente aí. Acho que ele é o maior culpado dessa brincadeira toda, porque jamais deveria ter dito, na CBD, que a quarta vaga deveria ser disputada entre o Grêmio e o Colorado.

Por essa razão, acho que ele enganou, ludibriou, a brava torcida do Colorado. Porque, lá em Paranaguá, o Sr. Motta Ribeiro disse a mim que as vagas não pertenciam nem ao Atlético, nem ao Coritiba, as vagas pertenciam à cidade de Curitiba, ao sul. Então, o Sr. Motta Ribeiro deveria, ao menos, ter sido inteligente, a ponto de propor à CBD um seletivo entre as três representações de Curitiba. O Colorado deveria disputar uma das vagas com o Atlético e o Coritiba. E jamais deveria o Sr. Motta Ribeiro dizer para nós uma coisa e defender, na CBD, uma outra.

Então, devo entender que realmente ele quis fazer, média com a torcida do Colorado, e acabou prejudicando-a pela sua curta visão neste campo. É isto, Sr. Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Deputado Valter Pietrângelo, não vou fazer comentário sobre esta posição, porque acho que estivéssemos nós, na presidência da Federação Paranaense de Futebol, talvez tivéssemos algum motivo, alguma condição de entender esta situação. — (Sem revisão do orador).

O Sr. Valter Pietrângelo — Só para concluir, nobre Deputado. Sr. Presidente. Sr. Deputado. ainda bem que eu devo reve-

reenciar o Governador Jayme Canet que teve coragem de tomar uma decisão que faltou ao Sr. Mota Ribeiro e, para isto, ele realmente se acovardou.

O SR. ERNESTO GNOATO — Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO — Só para dizer que o Deputado Gilberto Carvalho já havia deixado a tribuna e o Deputado Valter Pietrângelo continua apartando-o.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência consulta a liderança do MDB se deseja ocupar os quinze minutos, regimentalmente, reservados ao seu partido. (Pausa) Declinam.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 26/77, Mensagem número 58/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E HOSPITALAR DA CIDADE DE CONTENDA, o imóvel onde se encontra instalado o Hospital e Maternidade "MIGUELINA FRANCO e ELIZA PADILHA", da referida cidade.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 26/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Beneficente e Hospitalar de Contenda, o imóvel onde se encontra instalado o Hospital e Maternidade Miguelina Franco e Eliza Padilha, da cidade de Contenda, havido pelo Instituto de Assistência ao Menor, por escritura pública de doação, transcrita sob o número de Ordem 34.046, às fs. 202, do Livro número 3-AI, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

Art. 2o. — A donatária deverá assumir as seguintes obrigações:

- a) Conservar o nome atual do Hospital e Maternidade Miguelina e Eliza Padilha;
- b) destinar a metade das dependências do Hospital e Maternidade ao atendimento dos doentes pobres e seus internamentos e para fim de maternidade das gestantes pobres;
- c) manter médicos diariamente e entregar a administração do Hospital e Maternidade às Irmãs de Misericórdia;
- d) finalizar as obras do Hospital e equipá-lo.

Art. 3o. — O imóvel objeto da doação de que trata esta lei somente poderá ser utilizado para fins hospitalares, obedecidas as obrigações constantes do artigo segundo, não podendo em qualquer tempo, ser transferido ou alienado a terceiros, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná — IAM, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 4o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 32/77, que declara de utilidade pública, a Fundação Presbiteriana de Curitiba, com sede nesta Capital.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei Número 32/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública a FUNDAÇÃO PRESBITERIANA DE CURITIBA, com sede nesta Capital.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 40/77, que autoriza o Poder Executivo a doar à SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IMBITUVA, o imóvel que especifica.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 40/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Santa Casa de Misericórdia de Imbituva, sociedade civil fundada em 14 de janeiro de 1940, pia e beneficente, sem fins lucrativos, sediada no Município de Imbituva, com seus Estatutos registrados no Cartório de Joanides Gomes da Silveira, em 20 de fevereiro de 1942, por extrato sob o No. 10, às fs. 4, do Livro de Inscrições de Associações, o imóvel situado naquele município, à rua Tiradentes número 5, fazendo esquina para a ra Dr. Lindolfo Pessoa, sob número 2, constituído por um prédio de alvenaria de pedra e cal o primeiro andar, e o segundo de tijolos duplos, medindo de frente naquela rua, quinze metros e setenta centímetros, e nesta dezenove metros e setenta centímetros, e o terreno onde está ele edificado medindo trinta e seis metros e setenta centímetros na rua Tiradentes, por trinta e seis metros e setenta centímetros, em quadro, transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva, em 04 de abril de 1.930, no Livro 3-A, fls 364 e número de ordem 7.334.

Art. 2o. — A donatária não poderá, em tempo algum, e sob qualquer pretexto, modificar a finalidade da Sociedade, relativa à Assistência Médico-Hospitalar gratuita a que se propõe, sob pena de reversão para o Estado do Paraná o imóvel objeto da presente doação.

Art. 3o. — O imóvel, objeto de doação aqui estabelecida, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 4o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 79/77, Mensagem número 71/77, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização para contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidade pública ou privada ao Poder Executivo e dá outras providências. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 79/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — O artigo primeiro e parágrafos do Projeto de Lei número 79/77, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado, no período 1977 — 1980, inclusive, a contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidades

públicas ou privadas ao Poder Executivo o montante de Cr\$ 2.422.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, com base na cotação cambial da época da operação, destinados ao cumprimento de despesas com execução de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais e plurianuais.

§ 1o. — Do montante estabelecido neste artigo, os empréstimos ou financiamentos, garantias, avais ou fianças e contra-garantias serão destinados especificamente:

I- à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, até o valor de Cr\$ 1.445.000,00 (um bilhão e quatrocentos e quarenta e cinco milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, para operações internas ou externas para instalação de sua infra-estrutura de energia elétrica;

II- a servir como contra-garantia em favor do Banco do Estado do Paraná S/A., até o valor de Cr\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, em função do aval prestado por este Banco à operação realizada pela FUNDEPAR, junto à Caixa Econômica Federal, relativa à terceira etapa das operações que tiveram por objeto o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social;

III- à Fundação Universidade Estadual de Londrina, até o valor de Cr\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, com a finalidade de instalar no "Campus" universitário todas as unidades da U.E.L., com exceção do Centro de Ciências da Saúde;

IV- à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, até o valor de Cr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, para a instalação do respectivo "Campus";

V- à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, até o valor de Cr\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, para expansão da rede hospitalar do Estado; e

VI- a servir de fonte de recursos para a cobertura de eventuais "deficits" de receita (saldo negativo entre a arrecadação prevista e a realizada), ou para concessão de avais a órgãos da Administração Indireta, até o valor de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira.

§ 2o. — A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com uma ou mais entidades financeiras ou fornecedoras, e em qualquer data, respeitados os limites estabelecidos pelo "caput" deste artigo, até que seja atingido o montante autorizado.

§ 3o. — A vinculação dos recursos, de que trata a presente lei, não importa em qualquer autorização para a realização de despesas não constantes do OPI e da Lei orçamentária anual."

Art. 2o. — O prazo, carência, juros, taxas adicionais e comissões referentes ao empréstimo ou financiamento a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias Federais e as exigências dos órgãos encarregados da Política econômico-financeira da União.

Art. 3o. — A caução ou qualquer outra forma de garantia com vinculação de ações de Sociedades de Economia Mista, nas quais o Governo for majoritário, somente poderá ser efetivada com ações que excederem a 51 por cento do Capital subscrito e integralizado em cada Sociedade de Economia Mista.

Parágrafo único — A vinculação a que se refere este artigo poderá efetivar-se mediante autorização expressa da Secretaria de Estado das Finanças.

Art. 4o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 159/77, Mensagem número 61/77, ex-Proposição número 358/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PITANGA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 159/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pitanga, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar João Ramalho e a Casa Escolar Martin Afonso de Souza, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 205/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 142/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de JACAREZINHO, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de 1o. grau, no referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 205/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de JACAREZINHO, objetivando a prestação de assistência técnica e financeira, para melhoria do ensino de 1o. grau, no referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 206/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 152/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de PONTA GROSSA, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de 1o. grau, no referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 206/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de PONTA GROSSA, objetivando prestação de assistência técnica e financeira para a melhoria do ensino de 1o. grau, no referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de

sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução número 207/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 158/77 – aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de TELÊMACO BORBA, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de 1.º grau, no referido município. – APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 207/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de TELÊMACO BORBA, objetivando a prestação de assistência técnica e financeira para a melhoria do ensino de 1.º grau, no referido município.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução No. 209/77, Mensagem No. 15/77, ex-Proposição No. 176/77 – aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. – APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 209/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o Termo e re-ratificação datado de 26/01/77, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução No. 212/77, Mensagem No. 50/77, ex-Proposição No. 201/77 – aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de PARANAGUÁ, visando a implementação do Projeto LOGOS II – habilitação de professores não titulados em exercício nas quatro primeiras séries do primeiro grau. APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 212/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o Acordo Plurianual celebrado em 30 de julho de 1.976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Paranaguá, objetivando a operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II – habilitação de pro-

fessores não titulados, via ensino supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução Número 213/77, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 206/77 – aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de SABÁUDIA, visando implementação do Projeto LOGOS II – habilitação de professores não titulados, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. – APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 213/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o Acordo Plurianual celebrado em 04 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de SABÁUDIA, objetivando a operacionalização de ação conjunta na implementação do Projetos LOGOS II – habilitação de professores não titulados, via ensino supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução No. 214/77, Mensagem No. 50/77, ex-Proposição No. 208/77 – aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de IBIPORÃ, visando a implementação do Projeto LOGOS II – habilitação de professores não titulados em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. – APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 214/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o Acordo Plurianual celebrado em 04 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de IBIPORÃ, objetivando a operacionalização de ação conjunta do Projeto LOGOS II – habilitação de professores não titulados, via Ensino Supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução Número 218/77, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 288/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de ALVORADA DO SUL, objetivando execução e reparos em próprios estaduais, naquela comuna. – APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 218/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ALVORADA DO SUL, objetivando a execução de obras de reparos em prédios onde funcionam o Colégio Comercial Estadual Presidente Castelo Branco, o Grupo Escolar 14 de Dezembro e o Ginásio Estadual Anastácio Cerezine, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 219/77, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 294/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAQUARA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Romário Martins, na sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 219/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1976 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAQUARA, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Romário Martins, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 222/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 317/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPINA GRANDE DO SUL, objetivando execução de obras de reparos em estabelecimentos de ensino na sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 222/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPINA GRANDE DO SUL, objetivando a execução de obras de reparos em Estabelecimentos de Ensino da sede daquele município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 223/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 321/77, — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CÉU AZUL, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam os Grupos Escolares Leônicio Correa e Vital Brasil, na sede daquele município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 223/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de novembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CÉU AZUL, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Leônicio Correa e Vital Brasil, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 228/77, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 371/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, daquele município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 228/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Gabriel de Lara, Coelho Neto e Nestor Victor dos Santos e a Casa Escolar D. Pedro II, do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 229/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 374/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TAPEJARA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Tapejara, na sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 229/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TAPEJARA, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de TAPEJARA, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 233/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 351/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de PAULO FRONTIN, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar FRANCISCO XAVIER DA SILVA,

na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 233/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PAULO FRONTIN, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Francisco Xavier da Silva, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 234/77, Mensagem No. 66/77, ex-Proposição No. 388/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de LOBATO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 234/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo e Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 14 de abril de 1977, através da Secretaria do Interior e o Município de LOBATO, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução Número 235/77, Mensagem número 68/77, ex-Proposição Número 394/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ALVORADA DO SUL, objetivando execução de obras de reparos na Agência de Rendas daquele município. APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 235/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ALVORADA DO SUL, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Agência de Rendas da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 236/77, Mensagem No. 68/77, ex-Proposição No. 396/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BARRAÇÃO, objetivando execução de obras de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual PROFESSORA

LEONOR CASTELIANO, na sede do referido município. APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 236/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 04 de março de 1977, através da Secretaria da Administração e o Município de BARRAÇÃO, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual PROFESSORA LEONOR CASTELIANO, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 237/77, Mensagem No. 68/77, ex-Proposição No. 399/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Grupo Escolar Santo Antônio, na sede daquele município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 237/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo e Convênio celebrado em 07 de março de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Grupo Escolar Santo Antônio, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução Número 238/77, Mensagem Número 68/77, ex-Proposição Número 408/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de URAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual de URAÍ.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 238/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de abril de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de URAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual de URAÍ, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto

de lei número 78/77.— aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa, para efetuar, sem onus para este Poder, viagem de caráter cultural, no período de 15 de setembro a 15 de outubro aos seguintes países: Inglaterra, França, Itália e Espanha.— APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Facci, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo e Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Almirante Heleno Nunes, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, consubstanciado em voto de regozijo e cumprimentando-o pela decisão legítima e justa de incluir o Grêmio de Esportes de Maringá, no Campeonato Nacional de Futebol do corrente ano.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Por benevolência dos Deputados Renato Bernardi, Valter Pietrângelo e Gabriel Sampaio, que firmaram esse requerimento, e com aquiescência dos mesmos, nós pedimos a retirada do mesmo.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo a criação de uma agência do referido estabelecimento de crédito no Distrito de Jardinópolis, Município de Medianeira.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encaminhando fotocópia do ofício recebido da Câmara Municipal de Tamboara, encarecendo gestões junto àquela Secretaria, visando a reconstrução da ponte sobre o Rio Suruguá, na estrada que liga Tamboara a Paranavai.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Comandante Geral da Polícia Militar e o retorno de um destacamento do exército à cidade de Toledo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário das Finanças, consubstanciado em pedido de informa-

ções, junto ao Banco do Estado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de diligenciar a aplicação do tratamento anti-pó e a feitura do acostamento, na Rodovia do Café, trecho onde se localiza o Estádio Dr. Paulo Pimentel.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para discutir, ao Sr. Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, para justificar o meu voto no requerimento do Deputado José Domingos Scarpelini.

S. Exa. pede seja colocado anti-pó às margens da rodovia próximo ao Estádio Paulo Pimentel.

Vou votar favoravelmente, mas já estamos reivindicando também junto ao DER., para que se asfalte.

Voto favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Con declaração de voto feita pelo Deputado Gilberto Carvalho, em discussão.

Em votação.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 12, segunda-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução Números 171, 178, 184, 185, 197, 198, 199, 200 e 202/77.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução Números 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251 e 252/77.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução Números 01, 38, 39, 41 e 247/77.
E de Lei número 98/77.

Levanta-se a sessão.